

TRABALHADORES DO MUNICÍPIO COM LASTIMÁVEIS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores deveriam ser preocupações vitais da (indi)gestão PS de mais de 18 anos na Câmara Municipal e SMAS de Vila Franca de Xira, com a cumplicidade do PSD.

Ela é de suprema importância para a produtividade e sustentabilidade da autarquia.

Certamente que a produtividade será sempre mais reduzida pelo facto de não existirem condições físicas de trabalho adequado, independentemente da muita boa vontade dos trabalhadores municipais.

Se os sistemas informáticos bloqueiam permanentemente, se os trabalhadores não têm fardamento em número suficiente, se as instalações estão degradadas, aguardando há anos obras de reabilitação, tudo isso tem um preço que prejudica necessariamente o andamento da resolução dos problemas dos municípios.

PS e PSD inoperantes

Planear e organizar as instalações são decisões importantes onde o PS e o PSD têm mostrado ineficácia.

Instalações municipais com amianto na cobertura, as degradadíssimas instalações dos balneários existentes no pátio da Câmara - onde já gastaram verba avultada -, sem que nada tenha sido executado, mesmo sabendo que existe um projeto para a remodelação das instalações.

Os trabalhadores das oficinas municipais, anseiam por um ambiente saudável de trabalho, mas, a (indi)gestão PS/PSD - que propagandeou o lucro de gerência do último ano -, têm-se mostrado indisponível para adquirir um



primário micro-ondas ou colocar ar condicionado no refeitório.

Mais grave, é a inexistência de exaustores de fumos na serralharia.

Mas o desnorte e a falta de planificação da (indi)gestão PS/PSD, é deveras significativo, tanto mais, que existe uma instalação municipal em que a Câmara investiu recentemente na sua reabilitação algumas centenas de milhares de euros, mas que aguarda um funcionamento pleno, por esperar obras em outro edifício municipal.

Com prejuízo dos trabalhadores que irão mudar para esses edifícios, e que continuam a laborar em prédios arrendados com insuficientes condições.

Outras instalações, como o Cemitério Municipal de Vila Franca de Xira ou a Biblioteca da Póvoa de Santa Iria,

aguardam obras de reabilitação.

Vigilância sem regulamentação

A falta de regulamentação legal para o uso de câmaras de filmar instaladas no Pátio da Câmara e a garantia de privacidade dos trabalhadores.

Realce-se, que os trabalhadores, não foram informados pela autarquia sobre a existência e finalidade dos meios de vigilância utilizados.

A situação dos trabalhadores municipais e das suas condições de trabalho há muito que se tem vindo a degradar, como consequência de uma gestão PS/PSD inadequada e fechada em si própria.

Os trabalhadores do município precisam de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. 🗑️

**TRABALHADORES COMUNISTAS APELAM
À PARTICIPAÇÃO NAS COMEMORAÇÕES POPULARES**

AFIRMAR ABRIL E MAIO



Ao comemorar o 42.º aniversário da Revolução de Abril é oportuno recordar os direitos conquistados pelos trabalhadores e o seu significado para os avanços sociais e políticos que se verificaram em Portugal com o 25 de Abril.

As conquistas alcançadas foram tão importantes e tão profundas, enraizaram-se de tal forma na vida e na ação dos trabalhadores, que muitas delas ainda hoje perduram, apesar dos violentos ataques de que têm sido alvo por parte dos sucessivos governos – do PS, PSD e CDS-PP – que há mais de 38 anos desenvolvem políticas de direita ao serviço dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros.

Uma luta ao longo de décadas

Como nada é oferecido aos trabalhadores, a obtenção de direitos só foi possível com a luta organizada ao longo de muitas décadas, bem antes de Abril de 1974. Direitos que são fruto de pequenas e grandes lutas nas empresas e locais de trabalho, com greves, concentrações, manifestações, assembleias sindicais, enfrentando a repressão e a prisão, formando assim as bases a partir das quais se construíram as leis do trabalho e a contratação coletiva.

Intervindo ativamente na transformação do país, na defesa da liberdade, no combate contra as forças reacionárias e o patronato, os trabalhadores impuseram a consagração dos seus direitos na lei: liberdade sindical, direito à greve, direito de reunião também em horário laboral, de manifestação, salário mínimo nacional, acesso ao direito a subsídio de desemprego e de doença, à negociação coletiva, proibição de despedimento sem justa causa, férias pagas e respetivo subsídio, limite do horário semanal, dois dias de descanso semanal, entre muitos outros.

Em vésperas do 25 Abril a luta organizada dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho atingia já grandes dimensões. Só na região de Lisboa estavam em greve mais de 100 mil trabalhadores. Uma luta por melhores condições de vida, contra a profunda exploração a que eram submetidos e em que a unidade e a capacidade de luta então demonstradas refletiam já um estado avançado de organização, com a existência de uma rede de delegados sindicais, com algumas dezenas de direções sindicais conquistadas pelos trabalhadores e uma direção nacional – a INTERSINDICAL – criada em 1 de Outubro de 1970.

Determinante a orientação do PCP

Mas para que este processo tivesse estas características foi determinante a orientação do PCP em considerar a organização nos locais de trabalho no sentido de dar eficácia às lutas e conquistar as direções dos sindicatos do regime. Recorde-se os três vetores constantes do relatório político apresentado por Álvaro Cunhal ao III Congresso do PCP, em 1943:

«desmascarar as direções fascistas e eleger direções de confiança dos trabalhadores; desenvolvimento da ação reivindicativa e adaptação de medidas orgânicas destinadas à concretização das orientações». Estas orientações foram determinantes para a unidade na ação dos trabalhadores, envolvendo não só comunistas mas todos aqueles que assumissem

participar. Os resultados podem ser hoje avaliados pela natureza do atual movimento sindical unitário cujas raízes mergulham nestas orientações de então.

Com as lutas a generalizarem-se, com a consolidação da organização sindical em várias empresas e sectores, o Governo enfrenta sérias dificuldades em conseguir reprimir todas as lutas. E como não podia meter toda a gente na prisão, é obrigado a ceder e a reconhecer direitos (veja-se o DL 49 408 de 24 de Novembro de 1969: Lei Geral do Trabalho). Na luta reivindicativa nas empresas os patrões foram forçados a negociar aumentos de salários, redução de horários e outros direitos laborais, que, na sua maioria, não eram regulados nem por contratação coletiva nem por lei.

Foi neste longo processo de organização e luta que se forjaram as condições que vieram

a possibilitar a resposta pronta por parte dos trabalhadores e do povo no dia 25 de Abril, vindo para a rua, juntando-se aos militares, apesar dos sucessivos apelos para que permanecessem em casa, participando ativamente no grandioso movimento de massas, bem simbolizado na magnitude do 1.º de Maio de 1974, transformando assim o levantamento militar do 25 de Abril num processo revolucionário.

A conquista da liberdade permitiu não só obter novos direitos e aumento nos salários, mas também generalizá-los, por via da contratação coletiva, de empresa ou sectorial, alargando a sua aplicação a todos os trabalhadores através de portarias de extensão, permitindo-se que ninguém ficasse de fora, tivesse ou não capacidade reivindicativa, materializando-se assim um das principais funções dos sindicatos: a defesa de todos os trabalhadores. 🐸



Comemorações em Lisboa

25 de Abril - 15H00 - Desfile - Marquês de Pombal

1º Maio - 14H30 - Manifestação - Martim Moniz à Alameda (CGTP/IN)

